

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA
Nº 52

"Distribuição de Renda: Evolu
ção nos Anos 70".

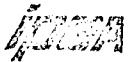
Regis Bonelli

Novembro de 1982

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: EVOLUÇÃO NOS ANOS 70.

Regis Bonelli

A prioridade conferida ao objetivo de maximização da taxa decrescimento econômico ao longo do final dos anos 60 e parte da década de 70 trazia implícita a idéia de que as transformações estruturais engendradas pelo rápido crescimento tornariam as desigualdades de acesso a bens e serviços progressivamente menos graves a mais longo prazo. Embora talvez seja ainda cedo para avaliar o acerto ou não desta hipótese, a evidência disponível, apresentada mais adiante, aponta para uma pequena deterioração do perfil distributivo brasileiro nos anos 70, em que pese as elevadas taxas de crescimento da renda para praticamente todos os segmentos da população que auferem algum rendimento.

Antes de examinar a evolução nos anos 70, porém, convém apresentar um breve resumo do que ocorreu na década anterior. Isto se justifica porque, segundo mais de uma interpretação, foi a concentração na distribuição pessoal de rendimentos que teria tido lugar em meados dos anos 60 que animou o boom industrial liderado pela produção de duráveis de consumo a partir de 1968.

1. Introdução: Os anos 60 e o debate sobre a distribuição da renda

Análises quantitativamente fundamentadas das alterações na distribuição de renda constituem esforços relativamente recentes no Brasil. Estudos pioneiros foram realizados na segun

da metade dos anos 60 tendo como motivação a análise dos efeitos redistributivos das fórmulas de reajuste salarial implementadas a partir de 1965 e da concomitante inflação corretiva destinada a restabelecer a "verdade dos preços" pela eliminação de subsídios concedidos a serviços públicos e liberação de aluguéis. As implicações redistributivas destas medidas são hoje em dia claramente reconhecidas: queda do salário mínimo real da ordem de 30% entre 1965 e 1967 devido à persistente subestimativa do denominador "resíduo inflacionário", taxa que refletia a expectativa da administração governamental quanto à inflação no período pós-reajuste do piso salarial mínimo. A correção da fórmula original em 1968 não impediu que se constatasse que, ao longo da década como um todo, foram os níveis de renda próximos ao salário mínimo os que mais perderam participação relativa. Mas foi a utilização dos dados dos Censos Demográficos de 1960 e de 1970, que ampliou consideravelmente o debate, permitindo a avaliação do comportamento da distribuição de rendimentos (e não apenas dos salários) nos anos sessenta*.

O fato de que todos os estudos que trataram empiricamente do tema** tenham encontrado essencialmente o mesmo resultado - um aumento da concentração da renda entre 1960 e 1970 - permitiu que a discussão se deslocasse da medição da desigualdade

* Uma resenha da controvérsia encontra-se em Bacha e Taylor (1978); ver também a coletânea organizada por Tolipan e Tinelli (1975).

** Ver Hoffmann e Duarte (1972), Fishlow (1972), Hoffmann (1975), Fishlow (1973), Langoni (1973).

de para a interpretação do fenômeno: como interpretar o fato de que todos os decis da distribuição, com exceção do superior, houvessem experimentado uma redução de sua participação na renda global? Em outras palavras, como explicar o fato de que a taxa de crescimento da renda real dos 5% superiores da População Economicamente Ativa entre 1960 e 1970 tenha sido praticamente duas vezes (75%) a taxa média de crescimento da renda real na década (37%) enquanto a renda real dos 40% inferiores crescia a apenas 18%, daí resultando um aumento do índice de concentração de GINI no Brasil, que era já relativamente alto em 1960 (0,50), de quase 7 pontos de percentagem (0,57 em 1970)*?

Algumas abordagens procuraram deslocar a discussão dos rumos que vinha assumindo - ênfase nos efeitos da política salarial, inflação corretiva, subsídios ao capital, não neutralidade da política econômica, dependência de salários "gerenciais" dos níveis de lucro das empresas, ênfase na importância da fase do ciclo para a evolução da distribuição funcional da renda e na estrutura de mercados de trabalho imperfeitos - ao apresentar uma interpretação que enfatizava basicamente dois aspectos:

- a) mudanças "clássicas" na distribuição de renda associadas a qualquer processo de desenvolvimento capitalista;
- b) desequilíbrios temporários no mercado de trabalho associados a uma expansão diferenciada da demanda por mão-de-obra qualificada em condições de oferta inelástica a curto prazo.

As conclusões da análise referida eram claras: o observado aumento da regressividade na distribuição de renda entre

* Ver Langoni (1973), Tabelas 3.5 e 3.6

1960 e 1970 seria um fenômeno não só natural e inevitável em uma economia em desenvolvimento como, também, temporário e, principalmente, autocorrigível à medida que a expansão apropriada da oferta de mão-de-obra qualificada ("educada") eliminasse as quase-rendas apropriadas pelos qualificados - em última análise, a causa básica do aumento da desigualdade.

Os aspectos acima referidos merecem algumas qualificações. Em primeiro lugar, e quanto às mudanças "clássicas" na distribuição, as referências são os trabalhos de Kuznets que identificou mudanças seculares na distribuição de renda em economias hoje avançadas, nas quais, em fases iniciais do desenvolvimento, a transferência da população da agricultura para a indústria, ou de setores de menor para setores de maior produtividade, o ingresso de mulheres e crianças na força de trabalho, etc., foram fatores tendentes a aumentar a concentração da renda. Forças econômicas e políticas operando a prazo mais longo teriam o efeito de diminuir o grau de concentração. Esta interpretação adota a generalização de Kuznets para processos seculares aplicando-a à experiência de uma década no Brasil. A parábola conhecida como "curva de Kuznets", empiricamente ajustada a partir de dados tipo cross-section, constituiria assim uma evidência em favor não só da tese da inevitabilidade como também do caráter temporário do aumento na concentração. Haveria um nível de renda per-capita a partir do qual o Brasil entraria em uma fase de redução da concentração à medida que crescesse o PIB per capita. É amplamente reconhecido, no entanto, o cuidado que devem inspirar con-

clusões quanto à evolução no tempo extraídas de dados tipo cross-section: os países sub-desenvolvidos não necessariamente tendem a reproduzir exatamente a mesma trajetória de desenvolvimento de países hoje avançados. Ademais, se a parábola existisse, o Brasil já deveria estar no seu ramo descendente no ano de 1970, em relação a 1960, ao contrário do que ocorreu.

Em segundo lugar, e quanto à tentativa de interpretar o aumento da concentração através dos desequilíbrios no mercado de trabalho, a essência do argumento está na inelasticidade da oferta de mão-de-obra qualificada em condições de acentuada expansão da demanda por este tipo de trabalho. A dispersão de salários é racionalizada de forma simples e direta. O problema aqui é a circularidade do argumento. Na verdade, as formas das curvas de oferta e demanda são inferidas a partir dos valores observados ex-post, ao longo do tempo, dos salários de pessoal qualificado e não qualificado. Em seguida estas formas são utilizadas para "explicar" a variação na relação entre os dois tipos de salários*. Talvez mais importante, qualificação é aqui tomada como sinônimo de educação - a variável mais fortemente correlacionada com a renda, por conhecidas razões. É inegável, e aqui não pretendemos minimizar a importância deste aspecto, que o acesso a níveis mais elevados de educação formal constitui um importante canal de ascensão social que, via de regra, traduz-se em maiores rendimentos. O fato relevante, porém, é que a própria desigualdade de rendimentos já se encarrega de selecionar quais indivíduos, principalmente das classes médias e alta, terão

* Ver, a este respeito, Malan e Wells (1973)

acesso às oportunidades de ensino de níveis elevados de qualificação.

2. Comparação dos Resultados: 1970 a 1980

Observada de seus anos extremos, a década de 70 caracterizou-se por uma modesta deterioração na distribuição pessoal da renda*. O índice de concentração de GINI passa de 0,565 em 1970 para 0,578 em 1980 quando computado a partir de informações sobre rendimento da População Economicamente Ativa (PEA) com rendimento, nas duas datas referidas**. Na verdade, se incluirmos os membros da PEA sem rendimento em ambos os anos os resultados ficam um pouco alterados, dado que diminuiu a proporção destes no total da PEA entre 1970 e 1980.

A Tabela 1, a seguir, resume os resultados da distribuição de renda em 1970 e 1980 segundo cortes percentuais definidos. Observa-se da Tabela o ganho de renda média de todos os grupos, mas especialmente dos dois decís superiores. Os seis primeiros decís, por outro lado, perderam participação relativa na renda gerada, à exceção do segundo. Assim, a renda média dos 6 decís inferiores cresceu 44,1% (cerca de 3,72% ao ano) entre

* Os dados sobre a distribuição familiar para 1980 não estão ainda disponíveis.

** O conceito de rendimento do Censo de 1980 é mais amplo do que o adotado em 1970, principalmente pela inclusão dos recebimentos em bens naquele ano. Ver adiante.

1970 e 1980, ao passo que nos 2 decis superiores esta taxa alcançou 59,5% (4,78% anuais). No percentil superior, a taxa de crescimento da renda média chegou aos 7,21% ao ano na década. E para a renda média alcança-se os 4,51% ao ano.

Estes resultados, como já assinalado, sugerem que a distribuição pessoal da renda no Brasil pouco alterou-se na década de 70, a julgar pela comparação dos anos de 1970 e 1980. Isto é, não registrou-se nenhuma melhora sensível, apesar de o PIB per capita ter crescido no período à taxa de 6,0% ao ano*. Ao contrário, dado que o conceito de rendimento do Censo de 1980 inclui os recebimentos em espécie e o de 1970 não - os quais são provavelmente mais importantes, relativamente, para as classes de renda mais baixas - é possível que uma correção que tornasse os dados estritamente comparáveis produzisse como resultado um índice de concentração em 1980 bem maior do que o de 1970.

E o que teria ocorrido ao longo da década? A evidência neste ponto é fragmentada e os dados nem sempre são estritamente comparáveis. No entanto, as indicações são no sentido de que teria havido aumento de concentração até 1978, e redução deste ano até 1980. Esta afirmativa basea-se nos resultados seguintes:

* A taxa de crescimento populacional na década foi de 2,49% ao ano, bem inferior à da PEA com rendimento (4,46% ao ano). Isto ajuda a explicar a diferença entre as taxas de crescimento do PIB per capita e do rendimento médio da PEA com rendimento.

Tabela 1

Distribuição Pessoal da Renda: PEA com rendimento^a;

1970 e 1980 (Total Brasil)

Percentil	% Rendimento		Rendimento Médio			Taxa média anual de crescimento da renda 1970/1980		
	1970 Acum.	1980 Acum.	1970	1980	1980 ^b			
10 -	1,16	1,16	1,08	1,08	32,69	1290	47,3	3,76 %
10	2,05	3,21	2,15	3,23	57,68	2569	94,3	5,00
10	3,01	6,22	2,85	6,08	84,65	3401	124,8	3,96
10	3,81	10,03	3,70	9,78	107,41	4421	162,3	4,21
10	5,02	15,05	4,39	14,17	141,54	5245	192,5	3,12
10	6,17	21,22	5,49	19,66	173,87	6558	240,7	3,31
10	7,21	28,43	7,21	26,87	203,23	8609	316,0	4,51
10	9,95	38,38	9,92	36,79	280,59	11841	434,6	4,47
10	14,15	53,53	15,40	52,19	426,89	18382	674,7	4,68
10 +	46,47	100,00	47,81	100,00	1309,87	57080	2095,0	4,80
Total	100,00	-	100,00	-	281,85	11940	438,2	4,51
5 +	34,06	65,94	34,86	65,14	1920,17	83210	3054	4,71
1 +	14,11	85,89	18,21	81,79	3976,11	217398	7979	7,21
60 -	21,22	-	19,66	-	99,67	3914	143,6	3,72
20 +	60,62	-	63,21	-	868,38	37731	1384,8	4,78

Fontes: 1970: Langoni (1973); Tabela 1.1

1980: Calculado a partir de IBGE, Tabulações Avançadas do Censo Demográfico (1981)

^a PEA com rendimento {1970 = 26079,7 mil pessoas
{1980 = 40355,5 mil

Taxa média anual de crescimento = 4,46%

PEA sem rendimento 1970 = 2755,2 mil pessoas (9,56% do total)
1980 = 3294,7 mil (7,55% do total)

Taxa média anual de crescimento = 1,80%

^b A preços de 1970, utilizando-se o deflator implícito do PIB, conforme Conjuntura Econômica, dez. 1981.

i) Uma informação não estritamente comparável à do Censo Demográfico de 1970 - a da PNAD-72, referente ao último trimestre de 1972 - revela aumento de concentração da renda no biênio referido. Se em 1970 o índice de concentração de GINI relativo à distribuição pessoal era de 0,562, em 1972 este índice situava-se em 0,622 - resultado este que não inclui as regiões Norte e Centro-Oeste do país*.

ii) Uma idéia do que ocorreu no topo da distribuição de rendimentos (e não só salários) pode ser obtida a partir dos dados de renda bruta das declarações do Imposto de Renda de pessoas físicas selecionando os cerca de 4,5 milhões de declarantes de renda mais elevada. O quadro aqui - embora não despido de ambiguidade dadas as variações no número de pessoas em que se baseiam os resultados e o fato de trabalhar-se com rendimentos brutos - é o de aumento na concentração entre 1970 e 1972 (segundo, aliás, a tendência que vinha desde 1968, segundo este indicador) e redução gradual entre 1972 e 1975, quando o índice alcança aproximadamente o mesmo valor de cinco anos antes.

iii) A partir da matéria prima estatística das tabulações da Lei de 2/3, é possível, dada sua riqueza de detalhes, ir mais além na análise. Cobrindo cerca de 8,8 milhões de empregados no meio urbano em 1974 (Indústria, Comércio e Serviços - exclusive Governo), estas informações prestam-se à obtenção de im-

* Cf. IBGE, Indicadores Sociais, (1979), capítulo referente à distribuição de renda, Quadro 8. A PNAD-72 inclui o rendimento não monetário, imputa o valor de aluguel imobiliário que pagaria o proprietário e, explicitamente, os rendimentos de aposentadoria e pensões, donativos e indenizações.

portantes subsídios para a formação do quadro da evolução da distribuição de salários entre 1970 e 1974. De início os resultados mostram que os ganhos de salário real da metade inferior do emprego industrial foram de 1,4% ao ano, enquanto que no decil superior o aumento alcançou os 13,1% anuais. Com relação a Comércio e Serviços os resultados são ainda menos favoráveis: a metade inferior da distribuição apresentou uma redução média anual de salário real de 1,3% entre os anos extremos, ao passo que no decil superior o salário real aumentou à taxa média de 6,6% ao ano. O resultado final, em termos de um índice de concentração de Theil revela um aumento de 0,38 em 1970 para 0,52 em 1974 no que se refere à Indústria. Quanto a Comércio e Serviços, o aumento correspondente é de 0,44 para 0,52. O índice agregado de todos os setores aumentou de 0,41 em 1970 para 0,53 em 1974. Mais ainda, a comparação dos resultados referentes aos anos inicial e final não encobre ambiguidades do tipo "alguns estratos inferiores melhoraram de posição relativa". De fato, o traçado das curvas de Lorenz mostra que, embora ocorram interseções das curvas nas camadas de salários mais baixos entre 1970 e 1972 - o que se traduz em certa ambigüidade quanto à interpretação do ocorrido com a concentração - a partir deste último ano as curvas de Lorenz situam-se claramente à direita das anteriores à medida que avançamos ao longo do tempo, revelando inequivocamente o aumento na concentração salarial em favor dos estratos superiores.

iv) A análise segundo categorias educacionais é também extremamente sugestiva, especialmente ao se ter em mente a ênfase atribuída a esta variável na análise do aumento da desigualdade de rendimentos nos anos 60. A rigor, é importante assinalar

que a distribuição de salários - e não de rendas - é que seria mais relevante para esta análise, dado que é a partir de sua qualificação formal ("educação") que a mão-de-obra situada nos estratos superiores das categorias educacionais teria podido auferir ganhos extras no mercado de trabalho, dadas as condições de uma oferta inelástica e crescimento da demanda por seus serviços. A análise seguinte é restrita ao setor industrial. Inicialmente há que considerar que, de acordo com "expectativas teóricas" no que se refere à relação entre nível educacional e mobilidade social, os resultados para o ano de 1970 mostram que os graus de concentração da renda salarial aumentam pari passu com os níveis educacionais, à exceção do "Universitário Completo" onde a concentração é maior apenas que as dos grupos "sem instrução formal" e com "primário incompleto". Este índice relativamente baixo, no entanto, pode estar refletindo uma distorção introduzida pelo fato de que os indivíduos com Universitário Completo encontram-se fortemente concentrados nas classe superior de salários, fato este que tende a reduzir a variância dos salários e, portanto, o índice de concentração. Em 1974, aliás, a situação é análoga, sendo que o argumento se aplica com mais força pelo fato de ter sido mantida, nas tabulações, o mesmo limite de classes em termos correntes para todos os anos disponíveis. Em particular, exceto para o grupo de pessoas nesta categoria - o que é provavelmente devido à distorção acima apontada -, os níveis de concentração salarial aumentam entre 1970 e 1974 em relação a todos os níveis educacionais. Adicionalmente, o aumento é mais forte precisamente em relação ao grupo em que isto não era esperado: o das pessoas sem instrução formal.

v) Ao decompor o índice de desigualdade total nas partes que se devem às desigualdades inter-categorias educacionais e intra-categorias educacionais obtém-se os seguintes resultados: a maior parte do coeficiente de desigualdade - 60% em 1970 e 68% em 1974 - deve-se à concentração salarial dentro de cada grupo educacional. A contribuição da desigualdade entre as classes é o complemento da anterior. E embora substancial - o que, afinal, é o que justifica a abordagem que procura explicar a concentração de renda em função de atributos educacionais da mão-de-obra - reduziu-se entre 1970 e 1974 como proporção da desigualdade total. A conclusão a extrair, dada a predominância da contribuição para a desigualdade do componente dentro das categorias educacionais, é que durante o período de referência outros fatores, que não a educação, tiveram importância crescente na explicação da concentração de salários observada. E uma vez que é de se esperar que a distribuição entre salários e outras rendas não tenha relação muito íntima com os níveis educacionais da força de trabalho, pode-se concluir que este último fator teve, pelo menos no período em análise, diminuída sua influência sobre a distribuição de renda. Conclui-se que o crescimento econômico no quadriênio 1970/74 foi acompanhado, ao menos quanto ao mercado de trabalho "formal" urbano coberto pela Lei de 2/3, por um crescimento da demanda de trabalho fortemente viesado no sentido da mão-de-obra com graus mais elevados de qualificação educacional. O fato de que isto não se tenha traduzido em ganhos salariais mais elevados para aqueles no topo da pirâmide educacional pode já estar encobrendo a acentuada expansão do ensino superior no Brasil na dé

cada de 70, a qual parece estar alterando a (pretensa) inelasticidade da oferta de mão-de-obra qualificada - medida por anos de escolaridade formal. E é importante ressaltar que o mesmo ocorre para o grupo de pessoas com Universitário Completo em Comércio e Serviços onde, entre 1970 e 1974, o emprego da categoria quase dobrou enquanto o salário médio real não conseguia manter seu nível inicial.

vi) A evidência mais completa acerca das modificações na distribuição de rendimentos na primeira metade dos anos 70 pode ser obtida da comparação dos resultados do Censo Demográfico de 1970 e da PNAD 1976. Embora existam problemas de comparabilidade entre as duas fontes*, a análise dos resultados em termos do convencional índice de GINI revela que este aumentou de 0,552 para 0,590 entre 1970 e 1976**.

Uma importante qualificação, no entanto, é a de que ao considerarmos a unidade familiar como a unidade básica recipiente de renda o quadro revela-se aparentemente diferente do anterior. Como é bem sabido, uma das formas de compensar as desigualdades pessoais de rendimentos consiste no ingresso de mais de uma pessoa da família no mercado de trabalho em busca de ocupação remunerada. Isto é certamente o que ocorreu no caso brasileiro entre os anos de 1970 e 1976, dado que a distribuição familiar da

* Em particular, a PNAD 76 inclui uma avaliação dos produtos recebidos como contrapartida do trabalho; inclui também explicitamente aposentadoria e pensões, doações e mesadas.

** Os índices referem-se a PEA com rendimento, e excluem as regiões fisiográficas Norte e Centro-Oeste em ambas as datas. Infelizmente não se dispõe de resultados para o total da PEA (isto é, incluindo também as pessoas sem rendimento). Vide IBGE, Indicadores Sociais (1979), Tabela 9.

renda não piorou neste período, ao contrário da distribuição pessoal.* Esta conclusão, no entanto, fica algo prejudicada pelo fato de que as curvas de Lorenz para os anos de 1970 e 1976 interceptam-se mais de uma vez. Em particular, este período caracteriza-se pelo crescimento da renda das camadas médias da população de famílias acima das demais. A tabela seguinte ilustra este aspecto.

Tabela 2

Distribuição do Rendimento das Famílias com Rendimento segundo Estratos Populacionais Selecionados - 1970 e 1976

Cortes Percentuais	1970			1976 ^b			Variação Anual do Rendimento Médio
	% Rendimento		Rend.	% Rendimento		Rend.	
	Simples	Acum.	Médio (Cr\$)	Simples	Acum.	Médio ^a (Cr\$)	
30% inferiores	6,2	6,2	89	5,7	5,7	181	12,5%
40% seguintes	20,8	27,0	224	22,3	28,0	529	15,4%
30% superiores	73,0	100,0	1.048	72,0	100,0	2.284	13,8%
1% superior	12,0	-	5.179	14,4	-	13.683	17,6%
Rendimento médio		431	431		951	951	14,1%

Fonte: Tabela 18, em IBGE, Indicadores Sociais (1979).

a Em Cr\$ de 1970, utilizando-se o deflator implícito do PIB

b Exclui as áreas rurais da Região VII da PNAD

Em termos de índice de GINI, os dados básicos de onde extraiu-se a tabela acima mostram que este manteve-se praticamente inalterado (0,564 para 0,561) entre os anos extremos do período analisado.

* A renda média por pessoa ocupada cresceu a 11,3% ao ano entre 1970 e 1976, ao passo que a familiar crescia a 14,1% anuais. Ver Indicadores Sociais, Tabela 8.

Se, no entanto, atentarmos para o fato de que os dados básicos de 1976 incluem remunerações em espécie*, e que estas provavelmente elevam a renda dos mais pobres proporcionalmente mais do que a dos mais ricos, segue-se que uma avaliação de dados estritamente comparáveis revelaria um aumento no grau de concentração entre 1970 e 1976 mesmo considerando-se a unidade familiar como a base de medida.

Não obstante estas especulações, o importante a ressaltar neste ponto é que a julgar pelas estimativas acima apresentadas, a primeira metade dos anos 70 assistiu a um alargamento das faixas médias de renda (famílias). Isto parece contrastar com a experiência dos anos 60, em que o rendimento médio dos estratos mais ricos aumentou mais rapidamente do que o dos demais, e o das classes médias, em particular, cresceu bem menos do que os demais. Em menor medida, isto caracteriza também os anos 70. Embora não existam informações disponíveis sobre a variação do rendimento familiar, como acima apresentado, a tabela seguinte permite que se avalie a variação ocorrida nos diferenciais de renda pessoal entre 1960 e 1970, e entre 1970 e 1980.

* Este fato provavelmente explica a elevadíssima taxa de crescimento do rendimento médio no período, muito acima da renda per capita.

Tabela 3Comparação da Distribuição de Renda Pessoal segundo EstratosPopulacionais Seleccionados, 1960, 1970 e 1980

(Em Cr\$ de 1970 e percentagem)

Cortes Percentuais	Rendimento Médio			Variação média anual no rendimento médio	
	1960	1970	1980	60-70	70-80
30% inferiores	48	58	89	1,9%	4,3%
40% seguintes	144	157	228	0,9%	3,8%
30% superiores	448	672	1068	4,1%	4,7%
10% superiores	815	1310	2095	4,9%	4,80%
5% superiores	1131	1920	3054	5,4%	4,71%
1% superior	2389	3976	7979	5,2%	7,21%
Total	206	282	438	3,2%	4,5%

FONTE: Langoni (1973), Tabelas 1.1 e 3.5 e Tabela 1 (acima)

vii) No que se refere à segunda metade dos anos 70, isto é, ao período 1976-1980, a informação é mais completa na medida em que os dados de rendimento tanto das PNAD's de 1976 a 1979 quanto do Censo Demográfico 1980 cobrem todas as pessoas de 10 anos e mais* (inclusive aquelas fora da PEA)** . A distribuição desta população e do rendimento respectivo segundo classes de salário-mínimo encontra-se na Tabela 4. Quanto ao coeficiente de concentração de GINI, esta tabela registra um pequeno aumento entre 1976 e 1978, seguido de redução até 1980. Neste último ano o coeficiente é, inclusive, um pouco inferior ao de 1976, sendo que o decréscimo deu-se entre 1978 e 1979. Quanto ao rendimento médio em termos reais, a tabela mostra que este reduz-se no período em cerca de 11% quando o deflator utilizado é o do PIB. Se utilizássemos como deflator o índice de custo de vida no Rio de Janeiro, no entanto, a queda do rendimento médio entre os anos extremos seria menos acentuada - da ordem de 2%, apenas. Em termos do MSMP no entanto, observa-se um pequeno acréscimo do rendimento médio (1%)*** .

* No entanto, as PNAD's não investigam a área rural da Região VII (Estados do Norte e Centro-Oeste do país). Esta representava, em 1980, 3,31% das pessoas de 10 anos e mais com algum rendimento. Sua participação no rendimento total do Brasil atinge apenas 2,18%.

** Havia 5,1 milhões de pessoas nesta situação em 1976 e 6,8 milhões em 1980 (neste ano, incluindo a área rural da Região VII).

*** Isto se deve à deterioração dos índices de salário mínimo e do custo de vida no Rio de Janeiro face ao deflator implícito do PIB no último ano do período. Entre 1979 e 1980 tanto o ICV quanto o MSMP cresceram 83%, ao passo que o deflator implícito do PIB cresceu 95%.

Tabela 4

Pessoas de 10 anos e mais com rendimento^a: distribuição da população e rendimento, segundo classes de salário mínimo 1976 a 1980

Classes Renda Mensal	1976		1977		1978		1979		1980	
	Pop.	Renda %	Pop.	Renda %	Pop.	Renda %	Pop.	Renda %	Pop.	Renda %
Até 1/2 s.m.	15,30	1,80	16,00	1,94	17,42	2,10	16,12	1,94	16,44	2,19
1/2 a 1 s.m.	25,42	7,24	26,23	7,71	24,63	7,20	22,08	6,23	22,16	6,41
1 a 2 s.m.	27,80	14,89	26,67	14,72	26,58	14,60	27,21	14,14	27,74	14,46
2 a 3 s.m.	19,92	22,63	11,06	10,34	10,30	9,59	11,67	10,29	11,79	10,61
3 a 5 s.m.			9,40	13,35	9,72	13,75	10,65	14,72	10,40	14,92
5 a 10 s.m.	6,95	17,49	6,40	16,58	7,17	18,50	7,65	19,22	7,03	18,06
10 a 20 s.m.	3,22	16,68	2,81	15,02	2,83	15,05	3,20	16,04	3,01	15,14
+ de 20 s.m.	1,39	19,27	1,43	20,34	1,35	19,22	1,40	17,42	1,43	18,21
Rend. Médio										
Em Cr\$ corrente	2088		2918		4136		6270		11400	
Em Cr\$ de 1976 ^b	2088		2049		2059		1990		1859	
Em sal. mínimo ^c	2,719		2,638		2,651		2,764		2,747	
Coef. GINI	0,589		0,594		0,596		0,582		0,581	

Fonte: PNAD's (1976 a 1979) e Censo Demográfico 1980 (Tabulações Avançadas)

a Exclui área rural da Região VII da PNAD em todos os anos

b Deflacionado pelo deflator implícito do PIB

c Maior salário mínimo vigente na data da pesquisa, a preços correntes.

A análise segundo cortes percentuais selecionados e renda média respectiva (Tabela 5, a seguir) permite identificar que segmentos da população com rendimento melhoraram (ou pioraram) de posição relativa na segunda metade dos anos 70. Conclui-se da tabela que, ao dividir-se a população em 3 classes (a primeira contendo os 30% inferiores da população, a segunda os 40% seguintes e a terceira os restantes 30%) foi a classe intermediária a mais beneficiada no período. Incluindo-se os cortes percentuais ao nível dos 10% superiores e do percentual mais alto observa-se que foi precisamente no primeiro destes grupos que as perdas de renda real foram mais acentuadas. O primeiro percentil, em particular, foi, das classes selecionadas, o que apresentou maior ganho médio de renda real. É possível concluir portanto da tabela que a renda do grupo que inclui do 2º ao 10º percentil foi a que mais deteriorou no período 1976-80 como um todo. Esta última conclusão, aliada à observação anterior de que, à exceção do primeiro percentil, o grupo dos 40% intermediários foi o mais beneficiado dentre os assinalados, pode estar sugerindo que a política salarial de reajustes semestrais e correção dos salários de 1 a 3 salários mínimos a taxas acima da inflação (medida pelo INPC) posta em vigor a partir de novembro de 1979 possa ter relação com o quadro descrito. Isto porque o grupo dos 40% intermediários tem como limites de classe cerca de 0,7 e 2,2 salários mínimos (e renda média de 1,316 salários mínimos em 1976 e 1,396 em 1980), em tor-

Tabela 5

a
Brasil : Distribuição de Renda, Rendimento Médio e Taxas de
Crescimento segundo Cortes Percentuais Selecionados

1976/1980

Percentis	1976		1980		Rendimento Médio ^b (Cr\$)		Taxa média anual de variação real da renda, 1976/80	
	% Renda	Rendimento Médio (Cr\$)	% Renda	Rendimento Médio (Cr\$)	A	B	A	B
30 -	5,37	373	5,57	347	380	-1,93%	0,49%	
40 seguintes	19,36	1011	20,33	945	1041	-1,67	0,74	
30 +	75,27	5239	74,09	4591	5058	-3,25	-0,87	
10 +	50,42	10529	48,51	9019	9936	-3,80	-1,44	
1 +	17,48	36508	18,76	34879	38423	-1,13	1,29	
Total	-	2088	-	1859	2048	-2,86	-0,48	

Fonte: Ver Tabela 4

a Exclusive área rural da Região VII da PNAD

b Em Cr\$ de 1976. Deflatores utilizados. coluna A - de flator implícito do PIB

coluna B - índice de custo de vida no Rio de Janeiro

no, portanto, do mínimo legal. A tabela 4, antes apresentada, parece confirmar esta especulação, ao mostrar que aumentou a parcela da renda de todas as classes até 5 salários mínimos. Por outro lado, é inconclusiva ao observar-se que aumentou também a parcela do grupo que recebe mais de 20 salários mínimos mensais. Em termos de renda média de cada grupo, os resultados também não parecem apoiar a hipótese do redistributivismo da nova legislação salarial - em parte, talvez, devido ao curto período de tempo desde sua implantação; em parte devido ao fato de que os dados referem-se ao rendimento total (e não apenas aos salários). Seja como for, é oportuno assinalar que os maiores ganhos de rendimento médio real ocorreram precisamente no grupo supostamente à margem da legislação sobre salário mínimo: o composto pelas pessoas com rendimento até meio salário mínimo, cujo ganho de rendimento médio teria sido da ordem de 10,3% entre 1979 e 1980 quando os valores são deflacionados pelo ICV-RJ. O segundo grupo foi o de 3 a 5 salários mínimos (+ 3,2%, idem), o terceiro o de mais de 20 salários mínimos (+ 1,9%). Seguem-se o de rendimento entre 0,5 e 1 salário mínimo (1,8%), o de 5 a 10 salários mínimos (+ 1,7%) e o de 2 a 3 salários mínimos (+ 1,5%). Os restantes (1 a 2 e 10 a 20 s. m.) tiveram queda do rendimento médio em termos reais (0,3% e 0,2%, respectivamente).

Do ponto de vista da absorção de mão de obra remunerada, os resultados para o período 1976-80 constam da Tabela 6, a seguir. Nela se observa que a população com alguma remuneração cresceu no período à taxa média anual de cerca de 3,5%. Esta ta

Tabela 6

Crescimento médio anual da população de 10 anos e mais com rendimento, segundo classes de salário mínimo, 1976 a 1980

<u>Classes de salário mínimo</u>	<u>Taxa média anual de crescimento 76-80</u>
Até 1/2 s. m.	5,35%
1/2 a 1 s. m.	0
1 a 2 s. m.	3,42
2 a 3 s. m.	5,88
3 a 5 s. m.	6,81
5 a 10 s. m.	3,78
10 a 20 s. m.	1,80
+ de 20 s. m.	4,19
Total	3,48%

xa é algo superior à da PEA com rendimento (cerca de 3% ao ano), mas provavelmente bem inferior à do período 1970-76. Como se recorda, a PEA com rendimento cresceu a cerca de 4,46% ao ano entre 1970 e 1980.. Como a estimativa para 1976-1980 é da ordem de 3,0% ao ano, segue-se que no período 1970-76 esta foi bem superior: de algo em torno de 5,44% ao ano. Este contraste de resultados reflete as diferentes taxas de crescimento do PIB entre os dois sub-períodos - 10,3% anuais de 1970 a 1976 e 6,2% ao ano de 1976 a 1980 - e traz novamente para primeiro plano o dilema da absorção de mão de obra sob condições de desaceleração do crescimento agregado. Curiosamente, no entanto, as indicações quanto ao primeiro sub-período da década de 70 sugerem uma deterioração do perfil distributivo. Com a desaceleração do crescimento agregado, após 1976, observa-se uma redução, embora modesta, do coeficiente de concentração de renda.

Referências Bibliográficas

- Bacha, E. L., e Taylor, L. (1978) "Brazilian Income Distribution in the 60's: Facts, Model Results and the Controversy" em Journal of Development Studies, v. 14, n.3.
- Fishlow, A. (1972) "Brazilian Size Distribution of Income", em American Economic Review, maio.
- Fishlow, A. (1973) "Distribuição da Renda no Brasil: Um Novo Exame", em Dados, n.11.
- Hoffmann, R. e Duarte, J. C., (1972) "A Distribuição da Renda no Brasil", em Revista de Administração de Empresas, v.12, n.2.
- Hoffmann, R., (1973) "Considerações sobre a Evolução Recente da Distribuição da Renda no Brasil", em Revista de Administração de Empresas, v. 13, n. 4.
- IBGE (1979) Indicadores Sociais: Tabelas Seleccionadas.
- IBGE (1976 a 1979) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-Brasil, v. 1 a 4. tomo 8.
- IBGE (1981) Tabulações avançadas do Censo Demográfico, v. 1, tomo 2.
- Langoni, C. G. (1973) Distribuição da Renda e Crescimento Econômico do Brasil, Ed. Expressão e Cultura
- Malan, P. S., e Wells, J. (1973) "Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil", em Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 3, dezembro
- Tolipan, R. M. L., e Tinelli, A. C. (1975) A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento, Zahar Editores.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)